

DISLEXIA E DISTÚRBIOS DA LEITURA E DA ESCRITA

Ana Carla de Mendonça Garcia¹, Estela Regina Boechat Alves Ferreira², Ivonete Alves de Souza³, Rosemeire Alves de Souza Feitosa⁴, Valnice Ferreira de Lima Costa⁵.

Resumo: O presente artigo visa: analisar os distúrbios da aprendizagem relacionados à leitura, à escrita e à definição do termo “dislexia” identificar suas causas e características e fomentar procedimentos básicos necessários para um melhor desempenho acadêmico das crianças disléxicas na sala de aula. O estudo enfatiza a necessidade de um diagnóstico precoce e a intervenção adequada por profissionais específicos em sua área de atuação. Fica evidenciada a necessidade de uma intervenção direta nas habilidades de leitura, associada a atividades relacionadas ao processamento fonológico da linguagem, realizadas de forma lúdica no contexto escolar e familiar.

Palavras-chave: Distúrbios de aprendizagem, leitura, Escrita, Dislexia, Estratégias didáticas.

INTRODUÇÃO

De acordo com Collares e Moyses (1992; 1993), citados por Jardini (2003), o uso da expressão “distúrbio de aprendizagem” tem se expandido de maneira assustadora entre os professores, apesar de a maioria desses profissionais nem sempre conseguir explicar claramente o significado dessa expressão ou os critérios em que se baseiam para utilizá-la no contexto escolar. Na opinião das autoras, a utilização desmedida da expressão “distúrbio de aprendizagem” no contexto escolar seria mais um reflexo do processo de patologização da aprendizagem ou da biologização das questões sociais.

Neste contexto, é importante aos profissionais da educação solicitar aos pais uma avaliação especializada por profissional competente e, feito o diagnóstico, cabe à escola traçar estratégias e orientar os pais e ambos estabelecer em parceria para que o caso seja tratado de maneira sistemática e efetiva.

Quando o professor se depara com uma criança que vem apresentando baixo rendimento escolar comparado aos demais alunos, mostrando menor habilidade e desempenho é comum que o profissional se questione sobre “onde estão os erros”. Neste contexto, cabe ao professor avaliar e rever sua prática. Devem-se levantar com

alto grau de profundidade, as características da estimulação oferecida à criança, nos aspectos quantidade, qualidade, acessibilidade e disponibilidade, exclusividade e incondicionalidade (LÓPEZ, 1995).

Como ressalta Myklebest e Johnson (1983), essas deficiências de aprendizagem representam uma discrepância entre a capacidade e a realização, entre o potencial para aprendizagem e o nível de aprendizagem atingido.

Dentre as definições mais citadas, encontra-se o termo “dificuldade” relacionado aos problemas de ordem psicopedagógica e/ou sócio-cultural, ou seja, o problema não está centrado apenas no aluno, sendo uma visão de cunho preventivo, como os atrasos no desempenho escolar por falta de interesse, inadequação metodológica ou mudança no padrão de exigência na escola, isto é, alterações normais, que foram consideradas no passado como alterações patológicas e, atualmente, são vistas como parte do processo (Moojen, 1999) citado por Jardini (2003). Por outro lado, os termos “distúrbio” e “transtorno” de aprendizagem estão mais vinculados aos problemas intrínsecos do aluno, sugerindo a exigência de comprometimento neurológico, sendo mais utilizada pela perspectiva clínica ou remediada (CID-10, 1993).

O DSM-IV classifica os transtornos da aprendizagem dentro dos transtornos geralmente diagnosticados pela primeira vez na infância ou na adolescência:

Dificuldade de aprendizagem é um termo geral que se refere a um grupo heterogêneo de transtornos que se manifestam por dificuldades significativas na aquisição e uso da *escuta, fala leitura, escrita, raciocínio e habilidades matemáticas*. Esses transtornos são intrínsecos ao indivíduo, supondo-se devido à disfunção do sistema nervoso central, e podem ocorrer ao longo do ciclo vital. Podem existir, junto com as dificuldades de aprendizagem, problemas nas condutas da *auto-regulação, percepção social e interação social*, mas não constituem por si próprias, uma dificuldade da aprendizagem. Ainda que as dificuldades de aprendizagem possam ocorrer concomitantemente com outras condições incapacitantes, por exemplo: *deficiências sensoriais, retardamento mental, transtornos emocionais graves ou com influências extrínsecas* (tais como as diferenças culturais, instruções inapropriada ou insuficiente), não são o resultado dessas condições ou influências. Por isso, a necessidade de identificação e diagnóstico precoce dessas alterações no curso normal do desenvolvimento evita posteriores conseqüências educacionais e sociais desfavoráveis (JARDINI, 2003, p. 27).

O presente estudo visa analisar os distúrbios de aprendizagem referente à leitura e escrita, ou seja, a dislexia propriamente dita no processo ensino/aprendizagem. O estudo será embasado na fundamentação teórica de diversos autores que,

provavelmente, irá contribuir muito na prática, pedagógica oferecendo suporte necessário para intervenções adequadas no auxílio à superação de muitos fracassos escolares.

DISTÚRBO DE APRENDIZAGEM, ATRELADOS À LEITURA E À ESCRITA

Distúrbio de leitura e de escrita é uma nomenclatura genérica, utilizada para definir as alterações que impedem ou dificultam a aquisição e continuidade do processo de leitura e escrita, variando segundo a etiologia e sintomatologia? Podem apresentar-se de muitas formas, como:

“Distúrbio da escrita: São distúrbios neurológicos que afetam especificamente a produção da escrita e podem aparecer de maneira isolada ou combinados a outras patologias, como dislexia” (JARDINI, 2003, p. 28).

O termo dislexia é oriundo do grego, dys, que significa dificuldade e lexia quer dizer palavra, ou seja, dificuldade com a palavra. Essa dificuldade ocorre no processo de leitura, escrita, soletração e ortografia. Isso não significa que todos os problemas da fala, leitura e escrita possam ser associados à dislexia. É importante, também, esclarecer que disortografia, dislalia e disgrafia não são tipos de dislexia, mas, sim, características que um disléxico pode vir apresentar.

A dislexia independe de causas intelectuais, emocionais e culturais. “Há uma discrepância inesperada entre seu potencial para aprender e seu desempenho escolar”. (JARDINI, 2003, p.36). Isso quer dizer que, apesar de condições adequadas para a aprendizagem, capacidade cognitiva apropriada e oportunidade sociocultural, a criança disléxica falha no processo da linguagem.

Fonseca (1995) coloca que a dislexia trata de uma desordem (dificuldade) manifestada na aprendizagem da leitura, independentemente de instrução convencional, adequada inteligência e oportunidade sócio-cultural. E, portanto, dependente de funções cognitivas, que são de origem orgânica na maioria dos casos.

O “nome” dislexia pode, muitas vezes, rotular a criança, estigmatizando-a como um problema a ser resolvido e, como consequência, para enfrentar muitas dificuldades, decorrentes desta discriminação. Porém, todo e qualquer rótulo é fruto da ignorância sobre o tema, da falta de informação e interesse em compreender o distúrbio e suas diversas formas de abordá-lo.

Para Jardini (2003), existe uma combinação dos fenômenos biológicos e ambientais no aprendizado da linguagem escrita, envolvendo a integridade motora, a integridade sensório-perceptual e a integridade socioemocional (possibilidades reais que o meio oferece em termos de quantidade, qualidade e frequência de estímulos). Além disso, o domínio da linguagem e a capacidade de simbolização também são princípios importantes no desenvolvimento do aprendizado da leitura e da escrita.

Jardini (2003) utiliza três tipos de classificações para a dislexia: *predominante visual*, *predominante fonológica* e *mista*.

França (2006) também classifica três tipos. A fonológica consiste em uma deficiência no conversor grafema/fonema ocasionando problema na leitura de palavras não familiares.

Para o autor, a língua alfabética é fundamentada na relação grafema/fonema, os disléxicos, ao exibirem representações fonológicas mal especificadas, adotam um modelo diferente de decodificar ou representar os atributos falados das palavras. Portanto, essa falta de sensibilidade fonológica inibe a aprendizagem dos padrões de codificação alfabética subjacentes ao reconhecimento fluente de palavras (FRANÇA, 2006, p. 169). Isso quer dizer que a criança reconhece a letra, mas não consegue associar ao som. Desta forma, a leitura fica prejudicada e, paulatinamente, ocorrem outros problemas na realização de tarefas que exigem memória fonológica.

A segunda, denominada *dislexia lexical*, França (2006) diz que o problema está na conjuntura lexical que é utilizada para efetuar a leitura. Desse modo, os disléxicos leem lentamente, vacilando, errando com frequência, pois ficam presos da rota fonológica, que é morosa em seu funcionamento. Sendo assim, precisam utilizar o conversor fonema/grafema.

A terceira é a dislexia mista, que corresponde aos dois tipos combinados. O problema acontece na conjuntura *fonológica e lexical* e, por conseguinte, é a mais grave do distúrbio, requerendo um esforço ainda maior para minimizar o comprometimento das vias de acesso léxico (léxica e fonológica), responsáveis pelo reconhecimento da palavra escrita (FRANÇA, 2006).

O “nome” dislexia pode, muitas vezes, rotular a criança, estigmatizando-a como um problema a ser resolvido e, como consequência, enfrentar muitas dificuldades, decorrentes desta discriminação. Porém, todo e qualquer rótulo é fruto da ignorância sobre o tema, da falta de informação e interesse em compreender o distúrbio e suas diversas formas de abordá-lo.

Garcia (1998) situa os profissionais fonoaudiólogos e psicopedagogos como mais habilitados na intervenção precoce em crianças que apresentam distúrbios de aprendizagem, pois possuem formação mais profunda e específica que a de outros educadores em relação à fundamentação teórica das dificuldades de aprendizagem, a aceitação das novas ideias pragmáticas e funcionais da linguagem.

Jardini (2003) reforça que o ideal seria um tratamento preventivo por volta de 4-6 anos, em que a criança estaria apresentando alguma dificuldade de fala, como por exemplo: resistência na automatização do grupo consonantal e fonema/r/, fala truncada, sem sequência lógica temporal, carecendo de elementos essenciais à compreensão, forte dispersão, interesse seletivo por áreas de aprendizagem, oscilação na aquisição de conceitos simples como cores, formas geométricas, noções espaciais e lateralidade.

DIALEXIA E O PAPEL DA ESCOLA NA APRENDIZAGEM

A escola é por excelência o espaço privilegiado para a construção do conhecimento sistematizado. Por sua vez, ela contempla a diversidade, ou seja, as diferentes aptidões entre os alunos. Ao mesmo tempo, ela responde pela ideologia do ensino de qualidade para todos, como também prepara os para a vida.

Diante de toda essa demanda, a escola não deve se posicionar apenas no discurso ideológico, mas pôr em prática novas técnicas, novos conceitos para poder surgir novos sujeitos de conhecimento e poder enfrentar novos desafios.

Dados apontam a dislexia como sendo o transtorno da aprendizagem que se constitui em um dos mais sérios desafios sociais e educacionais na atualidade e demanda muita atenção por parte dos profissionais que atuam. Uma vez detectado o transtorno, a escola precisa encontrar caminhos para promover a aprendizagem destas crianças.

Lima (2002) coloca que é dever da escola ampliar a experiência humana, portanto, a escola não pode ser limitada ao que é significativo para o aluno, mas criar situações de ensino que ampliem a experiência, aumentando os campos de significações. Portanto, no caso da criança disléxica e do ponto de vista do desenvolvimento e da construção de significado só pode ser significativo para ela se tiver um mínimo de experiência e informação para poder interagir com o objeto do conhecimento.

Vallet (1990) referiu que, para ler, a criança deve adquirir certa habilidade cognitiva e perceptiva-linguística, que incluem habilidade de focalizar a atenção, a concentração e o seguimento de instruções; habilidade para compreender e interpretar a língua falada no cotidiano; memória auditiva e ordenação, memória visual e ordenação das habilidades no processamento das palavras; análise estrutural e contextual da língua; síntese lógica e interpretação da língua; desenvolvimento e expansão do vocabulário e fluência na leitura. Neste contexto, fica evidenciada uma série de habilidades que a criança deve manejar com tranquilidade, mas, caso contrário, quando uma criança não possui essas “habilidades”, ela ficará à margem? Ou em segundo plano?

O modelo atual de educação não discute, não analisa o papel decisivo que ela assume na construção da subjetividade da criança e no percurso percorrido na aquisição da escrita. Todavia, a responsabilidade pelo fracasso recai sobre a criança. Ao ser apontado como alguém que está fracassando, entende-se que a criança pode vir a desenvolver a baixa autoestima e perder o interesse por esse modelo de aprendizagem. Diante de um cenário tão contraditório, antes de anunciar a criança como incapaz a escola deveria compreender todo processo trilhado por ela para a aquisição da linguagem escrita.

Zorzi (2001) cita que a aprendizagem não depende apenas de habilidades individuais. Ela está submetida em alto grau, a condições sociais e educacionais, que, se não forem suficientemente favoráveis e apropriadas, podem tornar a criança analfabeta ou oferecer-lhe um precário domínio da língua escrita. Isso quer dizer que, para aprender a ler e a escrever necessita de uma série de condições favoráveis, como: o contexto sociocultural, o contexto educacional, as habilidades individuais, e a escola fica responsável pelo conhecimento sistematizado e contextualizado estabelecendo uma ponte entre a escola e a sociedade.

Segundo a literatura, a criança disléxica apresenta dificuldade em assimilar palavras descontextualizadas. Sendo assim, vale enfatizar o que Freire (1998) propõe em sua pedagogia: que a alfabetização ocorre mediante palavras inseridas em contexto que seja familiar ao educando.

Lima (2002) enfatiza que todo processo de aprendizagem está articulado com a história de cada indivíduo e o ser humano aprende mais facilmente quando o novo pode ser relacionado a algum aspecto da sua experiência prévia, com o conhecimento anterior, com alguma questão que o indivíduo se colocou, com imagens, palavras e fatos que estão em sua memória, com vivências culturais.

Ao que parece, por trás desses problemas específicos de aprendizagem, existe sempre um fator biológico, hereditário, isto é, há uma disposição natural de a mesma dificuldade ocorrer em outros membros da família. Coll (1995) descreve isso dizendo que, quando falamos de problemas de linguagem, não podemos esquecer de buscar no ambiente social da criança todos os dados que nos permitam compreender melhor as dificuldades que esta apresenta.

O ensino clássico pautava-se no treino de uma série de exercícios motores, pensava-se que produziria as condições necessárias para aprender a ler e a escrever e que o fracasso escolar poderia ser superado com esse treino sistemático. Eram os exercícios de prontidão.

Na década de 80, o enfoque direcionou-se para a preocupação como forma de compreender o processo de alfabetização, passando a considerar o processo da aprendizagem, ao invés de se preocupar com as técnicas reducionistas de ensino.

Fonseca (1995) retrata muito bem isso quando diz que uma coisa é a criança que não quer aprender a ler, outra é a criança que não pode aprender a ler com os métodos pedagógicos tradicionais. No caso das crianças com o transtorno da dislexia, os profissionais que atuam devem ter clareza de que o problema existe de fato e que dificulta a aprendizagem da criança, porém, não limita a criança para a aprendizagem. A dislexia não aparece isolada, ela surge integrada a uma série de problemas, não é somente uma dificuldade de leitura.

Vygotsk (1984) introduziu a visão social do aprendizado, complementado por Bruner (1991) com a revolução contextual. Diversos autores deram sua contribuição na forma de ensinar e trouxeram grandes contribuições para a educação atual.

De acordo com Vygotsk (1984; 1989), as crianças que apresentam algum distúrbio de aprendizagem devem estudar por mais tempo, que sejam respeitadas suas limitações, que recebam menos trabalhos que as crianças ditas normais e que sejam ensinadas de um modo diferente, com a ajuda de métodos e técnicas especiais adaptados às habilidades singulares de sua condição, mas que aprendam as mesmas coisas que todas as crianças, que recebam o mesmo preparo para a vida futura, a fim de que possam, posteriormente, participar dela com o mesmo grau e em pé de igualdade com todos.

Como ressalta Ferreiro (1997), para a comunicação estar presente entre a criança e o professor ou de intenções transmitidas pela criança, é fundamental que haja aceitação e reconhecimento de ambas as partes. Sendo assim, compreende-se a

importância das relações professor/aluno para que a aprendizagem possa fluir possibilitando à criança um desenvolvimento global.

Em se tratando da aprendizagem da leitura e escrita, baseado nos estudos de Ferreira (1997), entre outros, cujas ideias são resumidas numa percepção holística frente à alfabetização, tendo a visão da linguagem como ponto central da aprendizagem, haja vista de que a aprendizagem constitui uma instância pessoal que se facilita quando é realizada em contextos reais e funcionais.

A concepção das salas de aula é tida como comunidades de aprendizagem, que aceitam seus participantes em sua totalidade, incluindo sua cultura e suas experiências, integrando a leitura e a escrita como meio que facilite a construção do significado por parte do aluno, a partir de uma linguagem impressa.

Sendo assim, os conteúdos metodológicos devem contemplar uma variedade de recursos audiovisuais, a utilização de livros infantis que devem ser trabalhados por meio de dramatização, roda de leitura e expressão da linguagem através da brincadeira com sons e palavras que estimulem a consciência fonológica por meio de parlendas que podem ser cantadas ou acompanhadas por gestos, poesias e rimas que são instrumentos valiosos para a estimulação do pensamento e da linguagem, imitações de sons, que contribuem para desenvolver a discriminação auditiva (JOSE; COELHO, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme o exposto, a autora ainda salienta a importância da estimulação da consciência fonológica em pré-leitores, visto que muitos estudos demonstram sua eficiência no aprendizado da leitura.

No ambiente escolar, faz-se necessária uma intervenção direta nas habilidades de leitura, associada a atividades relacionadas ao processamento fonológico da linguagem. No entanto, todas as atividades de estimulação da linguagem escrita devem ser realizadas de forma lúdica, através de jogos e brincadeiras, para que a criança sinta prazer em ler e escrever. No contexto familiar, o estímulo deve ser iniciado com a leitura de histórias infantis pelos pais e a estimulação de jogos de rimas, que ajudam na consciência fonológica, jogos com letras e desenhos, para a criança ir se familiarizando com a escrita e leitura (JARDINI, 2003).

Diversos autores defendem o método fonético no tocante ao desenvolvimento da consciência fonológica, que é a capacidade de perceber que o discurso espontâneo é uma sequência de sentenças e que estas são uma sequência de palavras (consciência da palavra); que as palavras são uma sequência de sílabas (consciência silábica) e que as sílabas são uma sequência de fonemas (consciência fonêmica), o que auxiliaria muito nas dificuldades dos alunos disléxicos.

O presente estudo buscou analisar as dificuldades de aprendizagem relacionadas à leitura e escrita, ou seja, a dislexia propriamente dita no processo ensino/aprendizagem.

A base teórica conferiu-nos embasamento necessário em relação ao tema, portanto, foi possível compreender que a criança disléxica possui capacidade cognitiva normal e apresenta várias habilidades que podem ser potencializadas e exploradas no decorrer da aprendizagem. Porém, necessita de compreensão por parte do professor, técnicas de manejo adequadas, profissionais especializados para atuar em parceria com a escola.

É importante enfatizar uma metodologia de ensino que estimule a habilidade de leitura diversificando os diferentes gêneros textuais. É fundamental um método adequado para o desenvolvimento da consciência fonológica.

Vale ressaltar que uma aprendizagem de qualidade é aquela que contempla toda a sua clientela com suas singularidades e limitações.

O tema abordado tem despertado o interesse dos profissionais de diversas áreas por se tratar de uma questão pertinente à sociedade.

A dislexia não se refere somente à dificuldade de leitura, escrita e soletração. Uma criança, com dislexia pode apresentar diversos problemas no percurso da escolarização, no entanto, cabe ao profissional da educação ter uma visão singular para poder intervir de maneira adequada para evitar prejuízo acadêmico e moral perante a criança.

REFERÊNCIAS

CID-10: *Classificação de Transtornos Mentais e de Comportamento da CID-10: Descrições clínicas e diretrizes diagnósticas*. Organização Mundial de Saúde (Org.) Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

COLL, César. (Org.) *O Construtivismo na sala de aula*. São Paulo: Ática, 1996.

FRANÇA, C. apud NUTTI, J. Z. *Distúrbios, Transtornos, Dificuldades e Problemas de Aprendizagem*. 2002 Disponível em: . Acessado em: 02 fev. 2011.

FREIRE, Paulo; DONALDO, M. *Alfabetização: leitura da palavra leitura do mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

FONSECA, V. *Introdução às dificuldades de aprendizagem* . 2ª ed, Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

JOSÉ, E, A ; COELHO, M, T. *Problemas de Aprendizagem*. São Paulo: Ática, 2000.

JARDINI. R. S.R. *Método das boquinhas: alfabetização e reabilitação dos distúrbios da leitura e escrita*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

LÓPEZ, F. *Desenvolvimento social e da personalidade*. In: COLL, C.; PALLACIOS, J; MARCHESI, A (coord.) *Desenvolvimento Psicológico e Educação – Psicologia Evolutiva*. Porto Alegre: Art. Med., 1995 Vol. 1 cap.6 pp. 81-93

LIMA, Elvira Souza. *Quando a criança não aprende a ler e a escrever*. São Paulo: Editora Sobradinho, 2002

MYKLEBUST, H.R. ; JOHNSON, D.J. *Distúrbios de aprendizagem. Princípios e práticas educacionais*. São Paulo: Pioneira, 1983.

VALLET, R. E. *Dislexia*. São Paulo: MANOLE, 1990.

VYGOTSKY, L.S. *Pensamento e linguagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

ZORZI, J. L. *A Aprendizagem da Leitura e da Escrita Indo Além dos Distúrbios*. 2001. Disponível em: Acessado em: 02 fev 2011.

¹ Licenciatura plena em Letras pela UFMS- Três Lagoas em 1999.

² Licenciatura plena em Letras pela FIRB- Andradina em 1995.

³ Licenciatura plena em Pedagogia pela FIU- Pereira Barreto em 1989.

⁴ Licenciatura plena em Pedagogia pela FAISA- Ilha Solteira em 2007.

⁵ Licenciatura plena em Letras pela UFMS -Três Lagoas em 1987.